



CÓD: OP-012JH-24
7908403555499

TSE UNIFICADO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

300 questões gabaritadas
Analista Judiciário- Área: Administrativa
(Cargo 1)

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Noções de Direito Eleitoral.....	21
3. Noções de Direito Administrativo	27
4. Noções de Direito Constitucional.....	37
5. Administração Geral e Pública	49
6. Gestão de Contratos	57
7. Gestão de Pessoas	67
8. Orçamento	75

LÍNGUA PORTUGUESA

1. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Texto 1A9-I

A situação carcerária é uma das questões mais complexas da realidade social brasileira. O retrato das prisões no Brasil desafia o sistema de justiça penal, a política criminal e a política de segurança pública. O equacionamento de seus problemas exige, necessariamente, o envolvimento dos três Poderes da República, em todos os níveis da Federação, além de se relacionar diretamente com o que a sociedade espera do Estado como agente de pacificação social.

Diante dessa complexidade, parece acertado descartar qualquer solução que se apresente como uma panaceia, seja no âmbito legislativo, seja no administrativo, seja no judicial. No entanto, isso não significa que nada possa ser feito. Ao contrário, a magnitude do problema exige que os operadores jurídicos, os gestores públicos e os legisladores intensifiquem seus esforços na busca conjunta de soluções e estratégias inteligentes, e não reducionistas, aptas a nos conduzir à construção de horizontes mais alentadores.

Os problemas do sistema penitenciário que se concretizam em nosso país devem nos conduzir a profundas reflexões, sobretudo em uma conjuntura em que o perfil das pessoas presas é majoritariamente de jovens negros, de baixa escolaridade e de baixa renda. Além da necessidade de construção de vagas para o sistema prisional, é preciso analisar a “qualidade” das prisões efetuadas e o perfil das pessoas que têm sido encarceradas, para que seja possível problematizar a “porta de entrada” e as práticas de gestão dos serviços penais, desde a baixa aplicação de medidas cautelares e de alternativas penais até a organização das diversas rotinas do cotidiano das unidades prisionais.

A necessária busca por alternativas penais tão ou mais eficazes que o encarceramento é um desafio de alta complexidade que depende de estreita articulação entre os órgãos do sistema de justiça criminal. Nesse sentido, têm sido extremamente interessantes os resultados da implantação das audiências de custódia, objeto de acordo de cooperação entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça, que consistem na garantia da rápida apresentação da pessoa presa a um juiz no caso de prisão em flagrante. Na audiência, são ouvidas as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do

advogado da pessoa presa. Além de analisar a legalidade e a necessidade da prisão, o juiz pode verificar eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos.

A humanização das condições carcerárias depende da promoção de um modelo intersetorial de políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho, de cultura, de esporte, de assistência social e de acesso à justiça. Para que esses serviços alcancem as pessoas que se encontram nos presídios brasileiros, as políticas devem ser implementadas pelos gestores estaduais especializados nas diferentes temáticas sociais governamentais. Já se sabe que é inadequado o modelo de “instituição total”, que desafia unicamente o gestor prisional a improvisar arranjos de serviços para o ambiente intramuros, de forma frágil e desconectada das políticas sociais do Estado. Esse passo parece ser decisivo para reconhecermos, de fato, a pessoa privada de liberdade e o egresso como sujeitos de direitos.

Tatiana W. de Moura e Natália C. T. Ribeiro. Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN). Ministério da Justiça, 2014 (com adaptações).

No final do penúltimo período do quarto parágrafo do texto 1A9-I, o vocábulo “presa” é empregado como

- (A) substantivo.
- (B) verbo.
- (C) advérbio de modo.
- (D) advérbio de lugar.
- (E) adjetivo.

2. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Texto

É perigoso nos distrairmos com uma fantasia utópica ou apocalíptica possibilitada pela inteligência artificial (IA), que promete ou um futuro “florescente” ou um futuro “potencialmente catastrófico”. Essa ilusão, que infla as capacidades dos sistemas automatizados e os antropomorfiza, induz as pessoas a pensar que existe um ser sentiente por trás das mídias sintéticas. Isso seduz as pessoas a não apenas confiarem acriticamente em sistemas como o ChatGPT, mas também a lhes atribuírem erroneamente a capacidade de agir. A responsabilização propriamente dita não cabe aos artefatos tecnológicos, mas a seus construtores.

O que precisamos é de regulamentação que imponha transparência a essa tecnologia digital. Isso deve ficar sempre claro quando nos deparamos com mídias sintéticas, e as organizações que constroem esses sistemas também deveriam ser obrigadas a documentar e a divulgar os dados de treinamento e as arquiteturas de modelo. Além disso, o ônus de criar instrumentos seguros de uso dessas tecnologias deveria recair sobre as empresas que constroem e implantam sistemas generativos, o que significa que os construtores desses sistemas deveriam ser responsabilizados pelos resultados produzidos por seus produtos.

A corrida atual rumo a “experimentos de IA” cada vez maiores não é um caminho predeterminado no qual a nossa única escolha é o quão rápido devemos correr, mas uma série de decisões impulsionadas pelo lucro. As ações e as escolhas das corporações devem ser moldadas por regulamentação que proteja os direitos e os interesses das pessoas. O foco da nossa preocupação não deveriam ser as “poderosas mentes digitais” imaginárias. Em vez disso, deveríamos focar nas práticas de exploração muito reais e muito presentes das empresas que afirmam construí-las.

Timnit Gebru et al. Papagaios estocásticos: o pedido de moratória para a IA e os riscos em jogo. Internet: <ihu.unisinos.br> (com adaptações).

Assinale a opção em que o vocábulo indicado expressa, no texto, uma ação ainda não realizada.

- (A) “infla” (segundo período do primeiro parágrafo)
- (B) “promete” (primeiro período do primeiro parágrafo)
- (C) “produzidos” (último período do segundo parágrafo)
- (D) “afirmam” (último período do terceiro parágrafo)
- (E) “imponha” (primeiro período do segundo parágrafo)

3. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Texto 1A1-II

Há uma diferença fundamental entre a cognição de crianças humanas e de cachorros: quando uma pessoa aponta para uma bola, os bebês sabem que esta é um objeto que está a uma certa distância, enquanto os cães, em geral, entendem a mão da pessoa como instrução sobre a direção na qual eles devem andar.

Essas características são o que os cientistas cognitivos denominam vieses, e não verdades constantes. Ou seja: os cachorros também conseguem navegar o mundo em termos de objetos, e não de direções. Contudo, nesse caso, o aprendizado é mais lento e menos intuitivo.

Um estudo com 82 cachorros não só comprovou a dificuldade canina com o conceito de objeto como descobriu que ela é um ótimo indicador de inteligência: cãesinhos mais espertos, em geral, também têm uma concepção de objeto mais parecida com a humana. Essa descoberta é um passo importante para entender como se deu a evolução da inteligência ímpar exibida pelo ser humano, e em quais aspectos cruciais a nossa cognição difere da de outros animais.

Internet: <super.abril.com.br/ciencia> (com adaptações)

A conjunção “Contudo” (terceiro período do segundo parágrafo do texto 1A1-II) introduz, no período em que se insere, ideia de

- (A) adição.
- (B) condição.
- (C) conclusão.
- (D) oposição.
- (E) explicação.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Texto CB1A5-I

A romancista e feminista britânica Virginia Woolf dizia que “pela maior parte da história, ‘anônimo’ foi uma mulher”. Na época em que a escritora inglesa viveu o auge de sua produção literária, na segunda metade da década de 20 do século XX, o Brasil ainda estava sob a égide da Constituição de 1891. O direito do trabalho, ainda tíbio em fundamentos, contava com algumas leis estaduais, além do Conselho Nacional do Trabalho, criado em abril de 1923, e praticamente ignorava o trabalho feminino.

O trabalho da mulher era visto e definido como trabalho de “meias-forças”, ou seja, inferior ao trabalho masculino.

A Constituição de 1934 foi a primeira a tratar expressamente dos direitos trabalhistas das mulheres em relação à não discriminação de sexo, etnia e cor. O texto trouxe diversas garantias nunca antes asseguradas às mulheres, tendo passado a abranger a igualdade de salários entre gêneros e proibir o trabalho de gestantes em locais insalubres. Em seguida, a Constituição de 1946 consolidou a proibição de diferenças salariais em razão de raça, idade, sexo, nacionalidade ou estado civil e representou mais um avanço em garantias às mulheres.

Apesar dos avanços, o fato é que a evolução do direito do trabalho da mulher, com seu fortalecimento no mercado de trabalho remunerado, sempre esteve, em geral, atravancada pela pauta de costumes. Em 1962, o Estatuto

da Mulher Casada afastou a obrigatoriedade de a mulher ter autorização do marido para trabalhar, receber heranças e comprar imóveis.

Atualmente, há um consenso de que a Constituição Federal de 1988 representou um avanço histórico dos direitos das mulheres, com a proibição de diferenças salariais por motivo de sexo, idade ou estado civil e, ainda, com a proteção à gestante.

As garantias fundamentais à igualdade, contudo, não afastam a necessidade de um amparo legal maior da mulher em relação aos homens, em razão não apenas das diferenças de estrutura física e psicológica, mas também dos aspectos ligados à maternidade, ao assédio sexual e moral e à dupla jornada, por exemplo.

A questão da dupla jornada, para especialistas, agravou-se durante a pandemia de covid-19. Segundo Érica Aragão, diretora do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SISP), as mulheres trabalhadoras foram as que mais sofreram os impactos negativos da crise provocada pelo coronavírus. “Muitas foram demitidas, tiveram seus salários reduzidos ou precisaram pedir demissão para cuidar dos filhos ou de parentes com comorbidades desde o início da pandemia”, observa.

Estudiosas dos impactos da crise sanitária no trabalho da mulher alertam para a romantização do *home office*. Segundo elas, essa romantização, reforçada pela propaganda, ajudou a aprofundar as desigualdades de gênero e atuou como artifício para a precarização e a **superexploração**: as mulheres estariam trabalhando muito mais durante o dia e realizando tarefas simultâneas.

Um estudo realizado por Maria Bridi e Giovana Bezerra, da Rede de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista, constatou que homens e mulheres vivenciaram o trabalho remoto de formas distintas. O grupo utilizou software de análise textual para verificar essas distinções, com base nos termos usados por homens e mulheres. Segundo o estudo, os termos recorrentes para as mulheres estavam relacionados à dificuldade de concentração e às interrupções que sofriam durante a atividade de *home office*. Para os homens, por sua vez, o termo “dificuldade” apareceu ligado à falta de contato com os colegas.

Internet: <www.tst.jus.br> (com adaptações)

Sem prejuízo dos sentidos do penúltimo parágrafo do texto CB1A5-I, os dois-pontos empregados logo após “superexploração”, no período, poderiam ser substituídos por uma vírgula seguida da expressão

- (A)haja vista que.
- (B)senão.
- (C)portanto.

- (D)conquanto que.
- (E)na medida em que.

5. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Texto CG1A1-II

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou, no final do ano de 2022, o **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022**, que consolida o índice de desenvolvimento humano (IDH) — que mede a saúde, a educação e o padrão de vida de uma nação — em todo o planeta.

O documento demonstra que temos muito o que avançar e até reconstruir: pela primeira vez, o valor do IDH mundial diminuiu por dois anos consecutivos, voltando aos níveis de 2016. Nem na crise financeira global de 2008/2009 houve retração no IDH global. A crise humanitária se agravou em diversas regiões, tendo atingido particularmente a América Latina, o Caribe, a África Subsaariana e o sul da Ásia.

Segundo o relatório, aspectos como o recuo democrático, os conflitos armados, a pandemia, as mudanças climáticas e seus efeitos cada vez mais frequentes e de maior impacto, aumento das desigualdades e mutação da ordem geopolítica interagem em um “complexo de incertezas” que aumenta a sensação de insegurança, como já mapeado no **Relatório Especial sobre a Segurança Humana** do PNUD, divulgado no início de 2022, segundo o qual seis em cada sete pessoas em todo o mundo se sentiam inseguras sobre diversos aspectos das suas vidas, mesmo antes da pandemia de covid-19.

Como caminho para reverter a tendência e recuperar a trajetória de melhoria do IDH, o diretor do Escritório de Desenvolvimento Humano do PNUD, Pedro Conceição, afirma que é necessário dobrar o desenvolvimento humano e olhar além da melhoria da riqueza ou da saúde das pessoas. “Embora esses pontos continuem importantes, também é necessário proteger o planeta e fornecer às pessoas as ferramentas necessárias para se sentirem mais seguras, recuperar o controle sobre suas vidas e ter esperança no futuro.”

Internet: <https://exame.com> (com adaptações).

No último período do segundo parágrafo do texto CG1A1-II, o verbo agravar significa o mesmo que

- (A)sopesar.
- (B)piorar.
- (C)aplacar.
- (D)dirimir.
- (E)asseverar.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

1. CEBRASPE (CESPE) - 2022

No que se refere à composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgue os seguintes itens.

I Entre os membros incluem-se dois juízes indicados pelo presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.

II Entre os membros incluem-se três ministros eleitos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

III O corregedor do TSE é eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal que compõem o tribunal.

IV O presidente do TSE é eleito entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça que compõem o tribunal e o seu vice-presidente, entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) III e IV.

(D) I, II e III.

(E) II, III e IV.

2. CEBRASPE (CESPE) - 2019

A respeito da organização judiciária eleitoral, assinale a opção correta.

(A) A composição do TSE é diferenciada, com previsão de integrantes provenientes da magistratura, da advocacia e do Ministério Público.

(B) A legislação garante vitaliciedade e inamovibilidade aos juízes dos tribunais eleitorais.

(C) É vedada a nomeação, para o TSE, de cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau.

(D) É vedada a nomeação, para o TSE, de cidadão que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum ou de diretor, proprietário ou sócio de empresa.

3. CEBRASPE (CESPE) - 2017

Quanto aos tribunais regionais eleitorais (TREs), assinale a opção correta.

(A) Os TREs não têm competência para responder às consultas em tese sobre matéria eleitoral feitas por partido político.

(B) Compete aos TREs requisitar diretamente força federal, se isso for necessário ao cumprimento de suas decisões.

(C) As decisões dos TREs sobre ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente serão tomadas com a presença de todos os seus membros.

(D) As atribuições do corregedor-regional serão fixadas pelo TRE perante o qual servir e, supletivamente, pelo TSE.

(E) Os TREs deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença de dois terços de seus membros.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2017

Determinado tribunal regional eleitoral foi provocado a se manifestar, em ação correspondente, a respeito de cassação de registro de candidato em determinada região de sua competência. Presentes todos os seus membros, o tribunal, em decisão aprovada por unanimidade, se pronunciou pelo deferimento do pleito de cassação.

Nessa situação hipotética, a validade da decisão está relacionada

(A) à homologação pelo TSE.

(B) à presença de todos os membros do tribunal.

(C) à inaplicabilidade do efeito suspensivo dos recursos.

(D) à avocação de competência.

(E) à unanimidade da decisão.

5. CEBRASPE (CESPE) - 2017

No transcorrer do processo eleitoral, será designado, para cada zona eleitoral, um juiz de direito em efetivo exercício e cumprimento de suas competências. A legislação pertinente determina que, entre outras atribuições, compete a esses magistrados

- (A) designar os locais das seções eleitorais até trinta dias antes das eleições.
- (B) ordenar o registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais, além de comunicar tal fato, por ofício, à zona eleitoral de cada candidato.
- (C) fornecer, aos que não votarem por motivo justificado, certificado de ciência e da guia de recolhimento de multa no patamar mínimo legal.
- (D) receber a lista dos membros das mesas receptoras indicados pelo respectivo TRE, assim como nomeá-los definitivamente pelo menos cinco dias antes da eleição.
- (E) cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do TSE e do respectivo TRE.

6. CEBRASPE (CESPE) - 2018

As juntas eleitorais são

- (A) competentes para decidir habeas corpus em matéria eleitoral.
- (B) competentes para decidir mandado de segurança em matéria eleitoral.
- (C) órgãos de primeiro grau de jurisdição da justiça eleitoral, sendo seu presidente o único membro com garantia de inamovibilidade.
- (D) órgãos de primeiro grau de jurisdição da justiça eleitoral, compostos por três ou cinco membros, sendo um deles, o presidente, um juiz de direito.
- (E) competentes para expedir diploma aos eleitos para cargos municipais e estaduais.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2017

No primeiro dia do mês de realização de eleições em determinado município, uma junta eleitoral publicará resolução disciplinando os procedimentos relativos a tais eleições.

Nessa situação, a resolução poderá

- (A) indicar a organização da junta.
- (B) dispor sobre impugnações dos trabalhos da junta.
- (C) constituir a competência da junta.
- (D) estabelecer a composição da junta.
- (E) instituir o local em que a junta será sediada.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2017

De acordo com o Código Eleitoral, são órgãos integrantes da justiça eleitoral

- (A) os juízes eleitorais e os delegados partidários.
- (B) as juntas eleitorais e os delegados partidários.
- (C) o TSE e os delegados partidários.
- (D) o TSE e os tribunais regionais federais.
- (E) os juízes eleitorais e as juntas eleitorais.

9. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Sabendo que em 2022 haverá eleições majoritárias e proporcionais, assinale a opção correta, em relação ao título eleitoral

- (A) O requerimento de inscrição eleitoral poderá ser protocolado dentro dos cento e vinte dias anteriores à data da eleição.
- (B) O requerimento de transferência de domicílio eleitoral poderá ser protocolado dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.
- (C) O requerimento de segunda via do título eleitoral poderá ser protocolado dentro dos trinta dias anteriores à data da eleição se o eleitor estiver fora do seu domicílio eleitoral.
- (D) A entrega do título eleitoral resultante do pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ocorrer até sessenta dias antes à data da eleição.
- (E) A entrega do título eleitoral resultante do pedido de inscrição eleitoral deve ocorrer até sessenta dias antes à data da eleição.

10. CEBRASPE (CESPE) - 2017

Os delegados indicados pelos partidos políticos e credenciados no TRE são responsáveis, entre as funções estabelecidas no Código Eleitoral, pelo(a)

I acompanhamento dos processos de inscrição.

II exclusão de eleitor inscrito ilegalmente, desde que o encaminhe para o cartório eleitoral para que este faça sua defesa pessoal em relação à referida sanção.

III exame, sem perturbação do serviço e em presença dos servidores designados, dos documentos relativos ao alistamento eleitoral, podendo deles tirar cópias ou fotocópias.

IV requerimento aos juízes eleitorais do registro de delegado auxiliar para acompanhar os processos de inscrição.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.
- (B) Apenas os itens **I** e **III** estão certos.
- (C) Apenas os itens **II** e **IV** estão certos.
- (D) Apenas os itens **III** e **IV** estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

11. CEBRASPE (CESPE) - 2017

O cancelamento de título eleitoral será promovido no caso de o cidadão

- (A) completar setenta anos de idade.
- (B) registrar a sua candidatura a qualquer cargo.
- (C) perder seus direitos políticos.
- (D) deixar de exercer seu direito ao voto por dois pleitos seguidos.
- (E) ter pluralidade de domicílios eleitorais.

12. CEBRASPE (CESPE) - 2023

A respeito de coligações e federações de partidos, considerando as disposições constitucionais e a Lei n.º 9.096/1995, assinale a opção correta.

- (A) A vedação à celebração de coligações aplica-se às eleições majoritárias e proporcionais.
- (B) A lei exige que os partidos federados assim permaneçam nos três pleitos seguintes à data de constituição da federação.
- (C) A abrangência nacional diz respeito à possibilidade de os partidos, em cada circunscrição, optarem, nas eleições proporcionais, entre uma lista de candidatos própria ou uma lista da federação.
- (D) A direção eleita da federação substitui, para todos os efeitos, as direções dos partidos -membros enquanto perdurar a federação.
- (E) No caso de a federação ultrapassar a cláusula de desempenho, os partidos federados manterão o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda no rádio e na televisão, mesmo que seu desempenho isolado não seja suficiente para tanto.

13. CEBRASPE (CESPE) - 2017

Os partidos deverão escolher os candidatos e deliberar sobre as coligações no período de

- (A) vinte de julho a cinco de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- (B) dezesseis de julho a cinco de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- (C) cinco de julho a cinco de agosto, um ano antes de se realizarem as eleições.
- (D) dezesseis de julho a quinze de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- (E) vinte de julho a quinze de agosto, dois anos antes de se realizarem as eleições.

14. CEBRASPE (CESPE) - 2023

De acordo com a Lei n.º 9.504/1997, o limite de registro de candidatos por partido político para as assembleias legislativas é de até

- (A) cem por cento do número de vagas a preencher mais um, reservando-se o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento desse percentual para candidaturas de cada sexo.
- (B) cinquenta por cento do número de vagas a preencher mais um, reservando-se o mínimo de quarenta por cento e o máximo de sessenta por cento desse percentual para candidaturas de cada sexo.
- (C) cinquenta por cento do número de vagas a preencher, reservando-se cinquenta por cento desse percentual para as candidaturas de cada sexo.
- (D) setenta e cinco por cento do número de vagas a preencher, reservando-se cinquenta por cento desse percentual para as candidaturas de cada sexo.
- (E) setenta e cinco por cento do número de vagas a preencher mais um, reservando-se o mínimo de quarenta por cento e o máximo de sessenta por cento desse percentual para candidaturas de cada sexo.

15. CEBRASPE (CESPE) - 2017

Quanto a registros de candidatos, assinale a opção correta.

- (A) As causas de inelegibilidade são aferidas no momento do pedido de registro da candidatura, sendo vedada a alteração da decisão por alterações fáticas ou jurídicas supervenientes.
- (B) É vedado ao partido substituir candidato que for considerado inelegível após o termo final do prazo do registro.
- (C) Para solicitar à justiça eleitoral o registro de seus candidatos, os partidos políticos terão até as dezenove horas do dia trinta de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- (D) Entre outros documentos, o pedido de registro de candidato à justiça eleitoral deve ser instruído com declaração de bens assinada pelo candidato.
- (E) Apenas partidos políticos podem solicitar registro de candidatos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. CEBRASPE (CESPE) - 2022

O Conselho Nacional do Ministério Público atraiu para si processo administrativo disciplinar em curso, instaurado contra membro do parquet estadual no âmbito do órgão correcional daquela instituição.

Nessa situação hipotética, praticou-se o ato de

- (A) delegação.
- (B) encampação.
- (C) correição.
- (D) deliberação.
- (E) avocação.

2. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Com relação a ato administrativo, um dos seus atributos é a

- (A) unidade.
- (B) economicidade.
- (C) anualidade.
- (D) não vinculação.
- (E) autoexecutoriedade.

3. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Em relação aos atributos dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) Legalidade é o atributo que possibilita a utilização de meios coercitivos indiretos para se exigir a execução de um ato administrativo.
- (B) Todos os atos administrativos são dotados de autoexecutoriedade, uma vez que é prerrogativa do poder público impor o ato administrativo, independentemente da anuência de qualquer outro poder.
- (C) Em razão do princípio da legalidade, os atos administrativos possuem presunção de legitimidade, isto é, de que foram editados de acordo com as normas do ordenamento jurídico.
- (D) A tipicidade desobriga o administrador de editar atos administrativos entre os tipos legalmente previstos no ordenamento.
- (E) Por dependerem de anuência, os atos administrativos não se impõem a terceiros.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Considerando-se os atributos dos atos administrativos, é correto afirmar que, segundo a doutrina, na aplicação de multas administrativas, incide(m) o(s) atributo(s) de

- I presunção de legitimidade.
- II imperatividade.
- III autoexecutoriedade.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

5. CEBRASPE (CESPE) - 2022

(...) é o atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para seu cumprimento ou execução. Esse atributo não está presente em todos os atos, visto que alguns deles (v.g., os atos enunciativos, os negociais) o dispensam, por desnecessário à sua operatividade, uma vez que os efeitos jurídicos do ato dependem exclusivamente do interesse do particular na sua utilização.

Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros. 27.ª ed. São Paulo, 2002. p. 156

O trecho citado descreve o atributo do ato administrativo relativo à

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) veracidade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) discricionariedade.
- (E) imperatividade.

6. CEBRASPE (CESPE) - 2022

A administração pública possui a prerrogativa de executar diretamente a sua vontade, inclusive com o uso moderado da força, independentemente da autorização do Poder Judiciário. Tal prerrogativa é expressão do atributo dos atos administrativos da

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) finalidade.
- (C) tipicidade.

- (D) imperatividade.
- (E) autoexecutoriedade.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2024

No que se refere à vinculação e à discricionariedade dos atos administrativos em espécie, é **correto** afirmar que as autorizações administrativas, as permissões e as licenças são, **respectivamente**, atos administrativos

- (A) vinculados, discricionários e discricionários.
- (B) vinculados, vinculados e discricionários.
- (C) vinculados, discricionários e vinculados.
- (D) discricionários, discricionários e vinculados.
- (E) discricionários, vinculados e discricionários.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Conforme a Lei da Liberdade Econômica (art. 1.º, § 6.º), se consideram “atos públicos de liberação a licença, a autorização, a concessão, a inscrição, a permissão, o alvará, o cadastro, o credenciamento, o estudo, o plano, o registro e os demais atos exigidos, sob qualquer denominação, por órgão ou entidade da administração pública na aplicação de legislação, como condição para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a continuação e o fim para a instalação, a construção, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros”. De acordo com o entendimento corrente de direito administrativo, os atos de liberação podem ser compreendidos como

- (A) forma de fiscalização de polícia, por meio da qual agentes administrativos, ao tutelar o interesse público, decidem se certa atividade econômica pode ou não continuar a ser exercida.
- (B) manifestações estatais indispensáveis para a prática de atividades econômicas.
- (C) exemplos de atuação consensual da administração pública, que, cada dia mais, ganha espaço e substitui a postura autoritária de um direito administrativo incompatível com a CF.
- (D) desdobramentos do princípio da eficiência administrativa, que pressupõe, em qualquer caso, a vinculação positiva do agir público à lei, com o menor custo possível, inclusive para a economia.
- (E) espécies de atos de consentimento de polícia administrativa.

9. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Os atos administrativos que regulam quantidade indeterminada de pessoas em idêntica situação jurídica são classificados como

- (A) compostos.
- (B) enunciativos.
- (C) vinculados.
- (D) gerais.
- (E) constitutivos

10. CEBRASPE (CESPE) - 2022

A licença é ato administrativo

I unilateral.

II vinculado.

III constitutivo.

IV declaratório.

V discricionário.

Estão certos apenas os itens

- (A) **I e II.**
- (B) **III e V.**
- (C) **I, II e IV.**
- (D) **III, IV e V.**
- (E) Todos os itens estão certos.

11. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Acerca das formas de execução das funções administrativas, assinale a opção correta.

- (A) As autarquias exercem suas funções administrativas de forma desconcentrada.
- (B) A administração pública indireta desempenha suas funções administrativas de forma concentrada.
- (C) A Presidência da República, por meio de seus ministérios, exerce funções administrativas de forma descentralizada.
- (D) A administração pública direta realiza a função administrativa de forma desconcentrada.
- (E) A distribuição de competências, na forma descentralizada, se dá internamente entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica.

12. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Assinale a opção em que é apresentado componente da administração direta.

- (A) Instituto Nacional do Seguro Social
- (B) Departamento Estadual de Trânsito
- (C) Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
- (D) Secretaria de Educação do Estado
- (E) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

13. CEBRASPE (CESPE) - 2022

A manifestação da vontade do Estado por meio de uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que a integram corresponde à teoria

- (A) da imputação.
- (B) da responsabilidade.
- (C) do órgão.
- (D) da representação.
- (E) da outorga.

14. CEBRASPE (CESPE) - 2024

A entidade da administração indireta cuja área de atuação deve ser definida mediante lei complementar é o(a)

- (A) partido político.
- (B) autarquia.
- (C) fundação pública.
- (D) empresa pública.
- (E) sociedade de economia mista.

15. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Considerando a classificação das entidades da administração indireta, assinale a opção que apresenta, sucessivamente, a natureza jurídica do Banco Central do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Universidade Federal da Bahia e do Banco do Brasil.

- (A) autarquia, empresa pública, autarquia, autarquia e sociedade de economia mista
- (B) sociedade de economia mista, autarquia, autarquia, sociedade de economia mista e empresa pública
- (C) autarquia, sociedade de economia mista, autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista
- (D) empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, autarquia e autarquia
- (E) autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública, autarquia e autarquia

16. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Quanto às entidades da administração pública direta e indireta, assinale a opção **correta**.

- (A) As autarquias federais, assim como as fundações públicas, compõem a estrutura da administração pública direta da União.
- (B) Em qualquer hipótese é proibida a criação de empresa estatal para a execução de atividades econômicas.
- (C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não são sujeitas a falência.

(D) Embora sejam dotadas de personalidade jurídica própria, as autarquias não são sujeitos de direitos e encargos.

(E) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público e sem autonomia administrativa criadas para desempenhar, de forma descentralizada, atividades típicas de Estado.

17. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Quanto às empresas públicas e às sociedades de economia mista, assinale a opção **correta**.

(A) Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista possuem natureza pública e podem ser constituídas sob qualquer modelo societário previsto no Código Civil.

(B) As sociedades de economia mista têm natureza privada e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.

(C) Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista possuem natureza pública e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.

(D) As sociedades de economia mista têm natureza privada e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade limitada.

(E) As empresas públicas têm natureza pública e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade limitada.

18. CEBRASPE (CESPE) - 2023

No que tange à organização administrativa, assinale a opção **correta**.

(A) O Estado pode explorar atividade econômica, como protagonista, por meio das empresas públicas e sociedades de economia mista.

(B) O Estado normatiza a atividade econômica de interesse privado por meio das agências reguladoras.

(C) A transferência do controle de subsidiária integral de empresa pública depende de prévia autorização legislativa.

(D) Toda pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público integra a administração pública indireta.

(E) A atividade estatal de fomento é caracterizada por uma intervenção direta e coercitiva do Estado sobre o agente privado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CEBRASPE (CESPE) - 2022

No que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção **correta**.

(A) Normas constitucionais de eficácia contida ou limitada são aquelas que dependem de posterior atuação legislativa para gerarem efeitos; desse modo, são normas que não têm aplicação imediata.

(B) Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que dependem de integração infraconstitucional para que se opere a plenitude de seus efeitos; assim, elas têm aplicabilidade mediata.

(C) Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que dependem de outros meios normativos (por exemplo, leis) para que possam ser aplicadas imediatamente.

(D) Normas constitucionais de eficácia redutível ou restringível são aquelas que não têm força suficiente para reger os interesses de que tratam, necessitando, portanto, de outros meios normativos para serem aplicadas imediatamente.

(E) Normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que receberam do constituinte normatividade suficiente para incidência direta, ou seja, têm aplicabilidade imediata, mas dependem de regulamentação posterior para produzirem efeitos.

2. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Com base nas disposições constitucionais referentes ao processo penal, assinale a opção **correta**.

(A) São imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos.

(B) São princípios constitucionais do tribunal do júri a plenitude de defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

(C) Às presidiárias que sejam mães de recém-nascidos serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, salvo as condenadas por crimes praticados com violência.

(D) No caso de crime político praticado por estrangeiro, autoriza-se a concessão de extradição.

(E) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

3. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Com relação ao direito adquirido, assinale a opção **correta**.

(A) Considera-se direito adquirido aquele cujo titular possa exercê-lo pessoalmente e não por meio de representante.

(B) Não subsiste direito adquirido se a norma jurídica que o fundamenta perder eficácia.

(C) Indivíduos podem ter direito adquirido mesmo que este ainda não seja exercitável.

(D) Na esfera previdenciária, quando cumpridas as condições para que servidor público possa se aposentar, ele passa a ter direito adquirido à condição jurídico-subjetiva da aposentadoria, com proteção contra incidências tributárias mais severas sobre seus proventos.

(E) A proteção jurídica do direito adquirido não prevalece sobre normas constitucionais originárias.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Um grupo de servidores públicos constituiu, de forma regular e legal, uma associação cujos fins, posteriormente, verificou-se serem ilícitos.

Nessa situação hipotética, a associação somente poderá ser compulsoriamente dissolvida por

(A) ato emanado do Poder Executivo.

(B) ato emanado do Poder Legislativo.

(C) decisão judicial com trânsito em julgado.

(D) ato emanado do Poder Executivo e decisão judicial.

5. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Acerca do princípio da laicidade, assinale a opção **correta**.

(A) É constitucionalmente aceitável que lei imponha a estados e municípios a aquisição e oferta de publicações religiosas em bibliotecas escolares.

(B) Razões sanitárias não podem fundamentar restrição à liberdade de culto.

(C) Convicção religiosa pode servir como fundamento para que indivíduo se recuse a cumprir obrigação imposta a todos, sem que isso necessariamente implique privação de direitos.

(D) Considerando a prevalência de determinada denominação religiosa em seu território, um estado da Federação pode erigir livro religioso como fonte de orientação de comunidades e grupos sociais.

(E) Como decorrência da laicidade, deve o Estado abster-se de proteger a liberdade de culto.

6. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF, assinale a opção correta.

(A) Lei que tipifica um crime pode ser aplicada para uma conduta praticada anteriormente à sua vigência.

(B) A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da legislação penal.

(C) Excepcionalmente, é possível a tipificação de crimes por meio de medida provisória.

(D) São inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos.

(E) A pena de multa pode ser executada contra os sucessores do condenado, até o limite do valor do patrimônio transferido.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Conforme o disposto na Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

I O direito à livre manifestação depende de autorização da autoridade competente.

II A pena de morte e a tortura são permitidas em caso de guerra declarada.

III O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão. Assinale a opção correta.

(A) Nenhum item está certo.

(B) Apenas o item I está certo.

(C) Apenas o item II está certo.

(D) Apenas o item III está certo.

(E) Todos os itens estão certos.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Acerca dos direitos fundamentais individuais expressos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

(A) Uma das dimensões dos direitos fundamentais individuais é a sua concepção como direitos de defesa, ou seja, esses direitos asseguram uma esfera de liberdade individual contra qualquer interferência estatal vinda do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário.

(B) A concepção dos direitos fundamentais como direitos de defesa limita o poder estatal, assegurando ao indivíduo uma esfera de liberdade e, concomitantemente, um direito subjetivo para evitar interferência indevida ou eliminar agressão no âmbito de proteção do direito fundamental.

(C) No que diz respeito ao dever de proteção, não se pode impor ao Estado uma obrigação de proibir determinadas condutas de agressão a direitos fundamentais, pois isso representaria uma inadmissível ingerência estatal na esfera de liberdade das pessoas.

(D) Uma vez assegurada sua dimensão de direitos de defesa, os direitos fundamentais individuais podem ser considerados efetivamente protegidos, não se exigindo mais nenhuma obrigação estatal para criar as condições necessárias ao exercício concreto daqueles direitos constitucionalmente garantidos.

(E) Os direitos fundamentais asseguram a liberdade individual contra intervenção ilegítima do poder público; por conseguinte, a falta de lei não pode ser considerada afrontosa aos direitos fundamentais.

9. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Relativamente aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção correta.

(A) Pessoas jurídicas de direito público são obrigadas a respeitar os direitos fundamentais, de modo que não podem ser titulares deles.

(B) Prevalece o entendimento de que as pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos fundamentais, mesmo na falta de atribuição expressa na CF, desde que esses direitos sejam compatíveis com a condição dos referidos entes.

(C) Direitos fundamentais somente podem sofrer as limitações expressamente previstas no texto constitucional.

(D) Como desdobramento do direito fundamental à privacidade, o sigilo de dados fiscais e bancários somente pode ser afastado por ordem judicial.

(E) Locais não destinados à residência de pessoas não são abrangidos pela proteção constitucional da inviolabilidade de domicílio.

10. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Em relação aos direitos sociais, assinale a opção correta.

- (A) Os direitos sociais não se aplicam aos servidores públicos, em razão do regime jurídico específico a que estes se subordinam.
- (B) Característica central dos direitos sociais é sua distância jurídica e axiológica do valor liberdade, o qual aqueles direitos tendem a restringir.
- (C) Os direitos sociais, em geral, para concretizar-se, demandam contraprestação de seus titulares.
- (D) A garantia dos direitos sociais exige apenas prestações positivas do poder público, não condutas negativas.
- (E) Certos direitos sociais podem vir a ser reconhecidos não necessariamente por previsão normativa expressa, mas em virtude de prestações estatais que se incorporam, com o tempo, ao patrimônio jurídico.

11. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Os direitos sociais são uma garantia constante da Constituição Federal de 1988, entre os quais se encontra previsto o

- (A) direito à moradia.
- (B) direito das presidiárias de permanecer com seus filhos durante o período da amamentação.
- (C) direito à propriedade.
- (D) direito à gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
- (E) direito à assistência jurídica integral e gratuita.

12. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Em relação aos direitos sociais previstos na CF, assinale a opção **correta**.

- (A) É garantida a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do serviço normal.
- (B) Não é possível a redução de salário do trabalhador.
- (C) É garantida a assistência gratuita aos filhos e dependentes do trabalhador, desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.
- (D) Não é possível o estabelecimento de pisos salariais diferentes, independentemente da complexidade do trabalho.
- (E) O adicional de férias não poderá ultrapassar um terço do salário normal.

13. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Segundo a Constituição Federal de 1988, é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos o direito

- (A) ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
- (B) à proteção em face da automação.
- (C) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (D) ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (E) à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

14. CEBRASPE (CESPE) - 2023

A respeito da nacionalidade, assinale a opção correta.

- (A) A atribuição de nacionalidade secundária, nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), pode dar-se de forma expressa ou tácita.
- (B) A aquisição de determinada nacionalidade não constitui, em si, um direito.
- (C) No Brasil, o acesso a cargos públicos, por concurso, nomeação ou eleição, é reservado a brasileiros natos.
- (D) A Constituição Federal de 1988 (CF) adota o critério territorial de atribuição de nacionalidade, portanto só têm nacionalidade brasileira os indivíduos nascidos em território brasileiro, ainda que filhos de estrangeiros.
- (E) A nacionalidade primária, que se obtém por nascimento, pode decorrer de critérios biológicos, territoriais ou mistos.

15. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Juan, Pablo e Jorge nasceram no Brasil em janeiro de 2023. Nesse mês, os pais de Juan, uruguaios, e os pais de Pablo, argentinos, estavam no Brasil a serviço do Uruguai; os pais de Jorge, bolivianos, passavam férias no território brasileiro.

Nessa situação hipotética, nos termos da CF, são considerados brasileiros natos

- (A) Jorge e Pablo, somente.
- (B) Juan e Jorge, somente.
- (C) Pablo e Juan, somente.
- (D) Jorge, Juan e Pablo.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Um dos principais objetivos do gestor público que adota princípios da abordagem clássica da administração, especificamente da administração científica, é

- (A) reduzir a resistência dos trabalhadores às mudanças organizacionais.
- (B) fortalecer a liderança em todos os níveis.
- (C) aumentar o número de tarefas realizadas em um determinado período.
- (D) melhorar a efetividade do trabalho na sociedade.
- (E) desenvolver a comunicação entre os funcionários.

2. CEBRASPE (CESPE) - 2023

As variáveis ligadas ao contexto político-institucional que aumentam o controle sobre as organizações da sociedade civil quanto à transparência, lealdade nas concorrências, instituição de normas não conflitantes, controles e facilitação da implementação de parcerias entre governo e sociedade são inerentes à

- (A) abertura do governo.
- (B) autonomia das organizações da sociedade civil.
- (C) regulamentação.
- (D) liderança e interações pessoais.
- (E) capacidade do governo.

3. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Afeto à governança no setor público, determinado conceito descreve a obrigação imposta aos agentes públicos de responderem de forma fiscal quanto aos recursos que lhes foram conferidos, assim como à atribuição de responsabilização por decisões e ações, incluindo os aspectos relacionados ao desempenho e aos resultados alcançados. Trata-se do conceito de

- (A) confiabilidade.
- (B) *accountability*.
- (C) governabilidade.
- (D) transparência.
- (E) equidade e participação.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2023

No que se refere a governança e *accountability* na gestão pública, julgue os itens a seguir.

I Integridade, competência, responsabilidade e motivação constituem condições mínimas para o exercício da boa governança.

II Quanto maior for o grau de independência do funcionalismo, menor será o nível de governança.

III A governança pública implica a capacidade administrativa e financeira, em sentido restrito, de um governo de implementar políticas públicas, definidas como a produção e a entrega de bens e serviços públicos.

IV Mensurar o desempenho da administração com o intuito de verificar se ela está atendendo ao seu fim básico constitui um mecanismo de governança e *accountability*.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

5. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Na administração pública, adoção do modelo gerencial é caracterizada

(A) pela fundamentação na ideia de ordenamento e dominação legitimada pela existência de normas bem definidas.

(B) pela utilização de ferramentas para aprimoramento da atuação dos órgãos governamentais em busca de eficiência e avanços na gestão econômico-financeira.

(C) pelo consentimento da apropriação de recursos estatais por grupos políticos e segmentos privados.

(D) pela hierarquização de cargos altamente especificada, com remuneração fixa baseada nessa hierarquização.

6. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Considerando as habilidades ou condições requeridas de um gerente público para lidar com as necessidades de revisão e reformulação do papel gerencial com vistas à modernização da gestão pública, assinale a opção **correta**.

(A) As vocações e motivações de um gerente do setor público devem ser semelhantes às de um gerente do setor privado, pois os conhecimentos requeridos e as exigências para exercício da função são coincidentes em ambos os setores.

(B) O gerente do setor público deve permanecer centrado nas cobranças e nos interesses internos da instituição, sem se ater às experiências e cooperações que possam ser promovidas por parceiros nacionais e internacionais.

(C) O gerente do setor público tem de demonstrar capacidade para bem gerir os seguintes paradigmas: exigências burocráticas e políticas; práticas de controle e flexibilização; limitações de recursos; necessidades dos cidadãos.

(D) A resiliência e a capacidade negocial do gerente do setor público passaram a ser menos requeridas em decorrência de os conflitos de gestão terem se tornado mais exíguos e de o apoio político ser mais recorrente e adequado às necessidades de solução dos problemas.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Assinale a opção que expressa uma tendência evolutiva em busca da modernização da administração pública visando a constituição de instituições mais fortes e aptas a responderem aos desafios sociais.

(A) Ênfase na capacidade gerencial do servidor público visando incentivar a inovação.

(B) Ocupação de cargos-chave segundo critérios político-partidários.

(C) Formalização de contratos de gestão flexíveis, suscetíveis a interferências políticas.

(D) Adoção de estilo gerencial autoritário e hierarquicamente rígido.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Assinale a opção **correta**, a respeito do planejamento estratégico organizacional.

(A) A declaração de “gerar energia elétrica de qualidade com responsabilidade social e ambiental, contribuindo com o desenvolvimento sustentável no Brasil e no Paraguai” pode ser entendida como a visão organizacional da Itaipu Binacional.

(B) O planejamento estratégico opera exclusivamente

com decisões futuras e não constitui um documento isolado.

(C) Quanto à amplitude, o planejamento estratégico é mais restrito que o planejamento tático organizacional.

(D) Os valores organizacionais constituem os princípios éticos norteadores das ações empresariais, que facilitam o comprometimento dos colaboradores com a comunidade e a sociedade.

(E) O planejamento estratégico permite maior agilidade nas tomadas de decisão, embora prescindida da consciência coletiva, da motivação e do comprometimento dos colaboradores da organização.

9. CEBRASPE (CESPE) - 2023

O planejamento estratégico é

(A) micro-orientado, se utiliza de habilidade técnica e promove articulação interna.

(B) instantâneo, de curto prazo e micro-orientado.

(C) flexível, de longo prazo e lida com incertezas.

(D) inflexível, departamental e promove articulação interna.

(E) focado no objetivo, de curto prazo e macro-orientado.

10. CEBRASPE (CESPE) - 2023

A primeira das funções administrativas é o planejamento, que pode ser entendido como uma sequência ordenada do que é necessário fazer para atingir os objetivos da organização. No que diz respeito a sua amplitude, ao seu conteúdo e ao seu tempo de duração, o planejamento estratégico pode ser corretamente caracterizado como

(A) tático, institucional e de médio prazo.

(B) operacional, institucional e de longo prazo.

(C) estratégico, institucional e de longo prazo.

(D) tático, institucional e de longo prazo.

(E) estratégico, intermediário e de médio prazo.

11. CEBRASPE (CESPE) - 2024

De acordo com a metodologia do *balanced scorecard*, a obtenção de novos conhecimentos e o domínio de competências no nível do indivíduo, do grupo e das áreas de negócios estão relacionados à perspectiva

(A) financeira.

(B) de aprendizagem e crescimento.

(C) dos clientes.

(D) da satisfação interna.

(E) dos processos internos.

12. CEBRASPE (CESPE) - 2023

O objetivo de uma organização que altera seu modelo de planejamento e implementa o *balanced scorecard* é

- (A) gerenciar o desempenho financeiro e orçamentário da organização.
- (B) estabelecer um cronograma de realização das atividades.
- (C) desenvolver estratégias de marketing para atrair mais clientes.
- (D) identificar as estratégias da organização e monitorar o progresso em direção a tais objetivos.
- (E) avaliar o desempenho de funcionários e identificar oportunidades de melhoria.

13. CEBRASPE (CESPE) - 2024

O ciclo PDCA, ou ciclo de Shewhart, ilustra de forma simétrica o aprimoramento contínuo com base nas etapas

- (A) planejar, fazer, verificar e agir.
- (B) espera, transporte, deslocamentos e perdas inevitáveis.
- (C) estratégica, tática, operacional e funcional.
- (D) separar, organizar, dar brilho, padronizar e normatizar.
- (E) seiri, seiton, seiso e seiketsu.

14. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Acerca da abordagem por processos, assinale a opção correta.

- (A) Processos em lotes ou bateladas operam uma produção nula.
- (B) Processos de produção em massa lidam com baixo volume e altíssima variedade.
- (C) Processos de Jobbing lidam com variedade muito alta e baixos volumes.
- (D) Processos contínuos operam volumes baixíssimos e, em geral, variedade altíssima, normalmente por períodos de tempo curtíssimos.
- (E) Processos SWOT lidam com baixo volume e baixa variedade.

15. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Na metodologia de gestão de processos da APEX Brasil, a etapa em que a entrega primordial é a consolidação dos gargalos das melhorias identificadas e seus correspondentes planos de ação corresponde à etapa de

- (A) monitoramento.
- (B) avaliação.
- (C) comunicação.
- (D) transformação.

16. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Na utilização do método PDCA para a melhoria de processos, a etapa D — execução do processo — corresponde ao procedimento de

- (A) identificar o produto a ser entregue ao cliente.
- (B) realizar as tarefas conforme o determinado.
- (C) comparar os resultados obtidos com as metas estipuladas.
- (D) estabelecer o plano de ação das etapas que compõem o processo.
- (E) adotar ações corretivas para a eliminação de erros.

17. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Na gestão pública, é necessário definir prioridades e executar as tarefas elaboradas por metodologias e ferramentas de planejamento disponíveis e que visem direcionar os esforços administrativos em prol de resultados efetivos para a população. Uma metodologia utilizada constantemente na gestão pública denomina-se PDCA.

Considerando essas informações, assinale a opção que descreve os ciclos que compõem a metodologia PDCA.

- (A) planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas; comunicar, para garantir que os esforços planejados sejam aproveitados pelo plano de ação; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas definidas no planejamento
- (B) pesquisar interesses e necessidades da sociedade brasileira; executar avaliações apresentadas na pesquisa; controlar os dados e ações definidas no planejamento; e agir com rigor para a efetividade do planejamento definido nos projetos de ação
- (C) planejar as questões e segmentar suas características regionais; excluir as exceções que possam desestabilizar o projeto a ser implementado; confrontar ações previstas no planejamento; e ajustar tais ações por meio de avaliações constantes
- (D) planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas no planejamento; controlar os resultados definidos nos planos de ação e monitorar o atingimento das metas estabelecidas no planejamento; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas anteriores definidas no planejamento

GESTÃO DE CONTRATOS

1. CEBRASPE (CESPE) - 2023

À luz da Lei n.º 14.133/2021, julgue os seguintes itens, referentes às fases e às modalidades da licitação pública.

I É permitido antecipar a fase da habilitação em relação às fases da apresentação de propostas e do julgamento, desde que observados os requisitos legais.

II O uso da licitação sob a forma eletrônica não é obrigatório, mas apenas preferencial.

III O sigilo do orçamento estimado, quando decretado, se impõe a todos os licitantes, mas não alcança os órgãos de controle interno e externo.

IV É vedada a criação de modalidades de licitação além das previstas na referida lei, porém é permitido combinar as modalidades existentes, para melhor atender ao interesse público.

Estão certos apenas os itens

(A) **I e II.**

(B) **II e IV.**

(C) **III e IV.**

(D) **I, II e III.**

(E) **I, III e IV.**

2. CEBRASPE (CESPE) - 2023

A respeito do processo licitatório, assinale a opção **correta**, à luz das disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos.

(A) O plano de contratações anual visa racionalizar as contratações dos órgãos e das entidades, bem como garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico, sendo, por essa razão, sigiloso.

(B) A alta administração do órgão ou da entidade pública será responsável pela governança das contratações e deverá implementar processos e estruturas para promover um ambiente íntegro e confiável, bem como a eficiência, a efetividade e a eficácia em suas contratações.

(C) Os atos do processo licitatório serão preferencialmente registrados em meio físico.

(D) O não atendimento das exigências formais, ainda que não comprometa a aferição da qualificação do licitante, pode ensejar desde o afastamento do licitante até a invalidação do processo de licitação.

(E) Os atos praticados no processo licitatório são sigilosos.

3. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao processo licitatório, com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

I. A exigência de reconhecimento de firma só ocorre quando há dúvida quanto à autenticidade da documentação.

II. Os valores utilizados deverão ser expressos em reais, independentemente do âmbito de realização da licitação.

III. A autenticidade de cópia de documento poderá ser comprovada mediante apresentação do original ao agente da administração.

IV. O descumprimento de normas formais não invalida o processo, desde que não comprometa o entendimento da proposta e a qualificação do licitante.

Estão certos apenas os itens

(A) **I e II.**

(B) **I e III.**

(C) **II e IV.**

(D) **I, III e IV.**

(E) **II, III, IV.**

4. CEBRASPE (CESPE) - 2023

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), as condições de execução do objeto do contrato e do pagamento deverão ser definidas

(A) na fase de apresentação de propostas.

(B) após a fase de homologação e antes da assinatura do contrato.

(C) na fase de divulgação do edital de licitação.

(D) na fase preparatória do processo licitatório.

(E) após a fase de apresentação das propostas e antes da fase de homologação.

5. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Julgue os itens a seguir, com base no disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 acerca da utilização do regime de contratação integrada.

I. No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob o regime de contratação integrada, o valor estimado da contratação obrigatoriamente será acrescido de parcela referente à remuneração dos riscos.

II. Na contratação integrada, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

III. Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou for adotado o regime de contratação integrada, o edital obrigatoriamente deverá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

IV. Regime de contratação integrada consiste no regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver apenas o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré- operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

6. CEBRASPE (CESPE) - 2022

No edital de licitação regido pela Lei n.º 14.133/2021, foram inseridas como responsabilidade da empresa contratada os itens a seguir.

I. Obtenção do licenciamento ambiental.

II. Realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

Nesse caso, o edital

- (A) deve ser ajustado, pois ambas as responsabilidades são exclusivas do poder público e não podem ser transferidas para empresa terceirizada.
- (B) está correto, pois ambas as responsabilidades são legais.
- (C) deve ser anulado, pois ambas as responsabilidades não são previstas na lei.

(D) deve ser ajustado, pois somente a responsabilidade I é prevista na lei.

(E) deve ser ajustado, pois somente a responsabilidade II é prevista na lei.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Em uma obra licitada pela Lei n.º 14.133/2021, a data base para reajustamento é vinculada à data

- (A) do orçamento estimado pela administração.
- (B) da entrega de propostas na licitação.
- (C) da emissão da ordem de serviço.
- (D) da emissão da nota de empenho.
- (E) da solicitação formal da contratada.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Assinale a opção que apresenta todas as modalidades de licitação admitidas pela Lei n.º 14.133/2021.

- (A) concorrência, concurso, leilão, pregão e convite
- (B) concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo
- (C) concorrência, leilão, pregão, tomada de preços e convite
- (D) concorrência, leilão, pregão, tomada de preços e diálogo competitivo
- (E) concorrência, concurso, leilão e pregão

9. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Assinale a opção que apresenta modalidades de licitação pública.

- (A) registro cadastral e menor preço
- (B) pregão e convênio
- (C) consulta e leilão
- (D) levantamento de preços e concorrência
- (E) concorrência e diálogo competitivo

10. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Assinale a opção correta quanto às modalidades de licitação previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos.

- (A) O pregão, o leilão e a tomada de preços são modalidades previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos.
- (B) A Nova Lei de Licitações e Contratos proíbe a criação de outras modalidades de licitação além daquelas que ela prevê, bem como a combinação das modalidades nela previstas.
- (C) A concorrência, o convite e o concurso são modalidades previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos.

(D) O pregão é aplicável às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

(E) A utilização da pré-qualificação e do sistema de registro de preços como procedimentos auxiliares é proibida pela Nova Lei de Licitações e Contratos, por consubstanciar violação ao princípio da vinculação ao edital.

11. CEBRASPE (CESPE) - 2023

De acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021, o pregão é modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento

(A) poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

(B) deverá ser o de técnica e preço, apenas.

(C) deverá ser o de menor preço, apenas.

(D) deverá ser o de maior retorno econômico, apenas.

(E) poderá ser o de menor preço ou o de melhor técnica.

12. CEBRASPE (CESPE) - 2023

As modalidades de licitação previstas na Lei n.º 14.133/2021 são

(A) pregão, concorrência, leilão, diálogo competitivo e credenciamento.

(B) concorrência, concurso, leilão, registro de preços e diálogo competitivo.

(C) pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.

(D) pregão, concorrência, convite, leilão e diálogo competitivo.

(E) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

13. CEBRASPE (CESPE) - 2021

Conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021, a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a administração pública interage com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de que eles apresentem proposta capaz de atender às necessidades da administração, é denominada

(A) diálogo competitivo.

(B) contratação semi-integrada.

(C) melhor técnica.

(D) convite.

(E) contratação por tarefa.

14. CEBRASPE (CESPE) - 2023

De acordo com o disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), o pregão

(A) deve ser aplicado a contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.

(B) requer registro cadastral prévio e fase de habilitação, além de exigir a homologação após a conclusão da fase de lances e o pagamento pelo licitante vencedor.

(C) pode ser adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

(D) pode ser realizado somente por meio de leiloeiro oficial, selecionado mediante credenciamento ou licitação nessa modalidade de licitação.

(E) segue o rito procedimental específico do diálogo competitivo, tendo sido eliminado, na atual legislação, o rito procedimental comum anteriormente estabelecido por lei para essa modalidade de licitação.

15. CEBRASPE (CESPE) - 2021

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, concorrência é uma modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais, cujo critério de julgamento poderá ser

(A) empreitada integral.

(B) maior preço.

(C) sistema de registro de preços.

(D) maior retorno econômico.

(E) ata de registro de preços.

16. CEBRASPE (CESPE) - 2022

As modalidades de licitação previstas na legislação brasileira pertinente incluem

(A) o diálogo competitivo para a escolha de trabalho técnico-artístico, cujo critério de julgamento é o melhor conteúdo artístico.

(B) o pregão para bens comuns que possuam padrões de qualidade aptos a serem determinados de maneira objetiva.

(C) a combinação de concurso e concorrência para a elaboração de projeto.

(D) a concorrência para a alienação de bens móveis legalmente apreendidos.

(E) a combinação de diálogo competitivo e pregão para a identificação da solução técnica mais adequada para a satisfação das necessidades da administração.

GESTÃO DE PESSOAS

1. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Assinale a opção que indica um tema recente que permeia a área de gestão de pessoas e para o qual as organizações devem dedicar especial atenção, levando em conta não somente os resultados financeiros, mas também o meio ambiente e as pessoas, visando à continuidade e à obtenção de resultados duráveis ao longo do tempo.

- (A) ética
- (B) sustentabilidade
- (C) governança corporativa
- (D) sistema anticorrupção
- (E) compliance

2. CEBRASPE (CESPE) - 2023

O modelo *hard* de gestão de pessoas, conhecido como modelo da Universidade de Michigan, preconiza que o comportamento humano no trabalho deve ser

- (A) controlado por sanções internas e pressões externas.
- (B) motivado por incentivo à autonomia e ao engajamento.
- (C) controlado por resultados autorregulados.
- (D) orientado à busca de sentido e significado.
- (E) motivado pelo comprometimento.

3. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Uma adequada gestão de serviços terceirizados requer a avaliação da execução do objeto nos moldes contratados, atividade que se refere à fiscalização

- (A) pelo público usuário.
- (B) setorial.
- (C) administrativa.
- (D) técnica.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2020

Assinale a opção que apresenta o processo de gestão de pessoas que se fundamenta na criação de condições ambientais e psicológicas satisfatórias para as atividades nas organizações.

- (A) agregar pessoas
- (B) recompensar pessoas
- (C) desenvolver pessoas

- (D) manter pessoas
- (E) monitorar pessoas

5. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Para Chiavenato, recrutamento refere-se a um sistema de informação por meio do qual a organização divulga e oferece ao mercado as oportunidades de emprego que pretende preencher. Nesse sentido, assinale a opção correta acerca do recrutamento de pessoas.

- (A) Recrutamento é um conjunto de técnicas e procedimentos, cuidadosamente planejados, que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos e oferecer competências para a organização.
- (B) O planejamento do recrutamento é composto das fases de pesquisa interna das necessidades, pesquisa externa do mercado, contato com universidades e chamamento público.
- (C) O recrutamento externo, além de ser mais rápido e econômico para a organização, pode ocasionar movimentação vertical de pessoas.
- (D) O início do processo de recrutamento depende apenas de decisão do órgão de seleção.
- (E) O recrutamento interno envolve candidatos reais ou potenciais, disponíveis ou que estejam atuando em outras empresas.

6. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Entre as funções de gestão de pessoas, destaca-se a de captação, que é responsável por atrair e reter talentos e engloba

- (A) o planejamento da sucessão.
- (B) o desenho de carreiras.
- (C) o desenho de cargos.
- (D) os estudos sobre cenários para mercado de trabalho.
- (E) a avaliação de desempenho.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2021

No que se refere às etapas do recrutamento, o planejamento

(A) é a etapa em que se verificam os custos destinados ao recrutamento, com detalhamento do perfil para a vaga e do tempo disponível para o preenchimento da vaga.

(B) define quando irá ocorrer o recrutamento, o tipo de recrutamento, a forma de divulgação, o conteúdo a ser utilizado para a divulgação, a previsão dos custos, entre outros.

(C) é o momento em que se agradece ao participante do processo de recrutamento, informando-lhe se foi selecionado ou não.

(D) define o momento de ocorrência do evento em vista da divulgação da vaga.

(E) visa identificar os erros com o intuito de dirimi-los na etapa de avaliação do processo.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2020

Na gestão de pessoas, um dos meios de recrutamento de um servidor público para exercer um cargo comissionado é o recrutamento interno. Entretanto, uma das desvantagens dessa modalidade de recrutamento é que

(A) apresenta baixo índice de segurança, pois o servidor já possui garantia de emprego.

(B) custa mais caro e é mais morosa que outras modalidades de recrutamento.

(C) onera os investimentos em capacitação com o servidor.

(D) propicia conflito de interesses, na medida em que cria uma atitude negativa entre aqueles que não são promovidos.

(E) desenvolve um clima concorrencial, pois as oportunidades de crescimento levam à evidenciação de competências dos potenciais candidatos à promoção.

9. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Tendo em vista que a seleção de pessoas refere-se à escolha, entre os candidatos recrutados, daqueles mais adequados aos cargos existentes na organização, assinale a opção correta acerca da seleção de pessoas.

(A) O ponto de partida do processo seletivo encontra-se nos dados e informações baseados na análise de especificações do cargo a ser preenchido.

(B) A seleção é um processo complexo no qual se devem evitar comparações.

(C) Os requisitos do cargo referem-se às características que os candidatos apresentam.

(D) O modelo de colocação de candidatos baseia-se na hipótese de que as necessidades principais a serem satisfeitas pertencem à organização e que os candidatos rejeitados serão dispensados do processo seletivo.

(E) A entrevista diretiva é aquela em que as perguntas são previamente elaboradas, mas permitem resposta aberta, isto é, resposta livre — o entrevistador recebe uma listagem (checklist) de assuntos a questionar e colhe as respostas ou informações do candidato.

10. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Em processos seletivos, a entrevista que permite que o candidato tenha o máximo de liberdade para encaminhar a discussão, ao mesmo tempo em que o entrevistador evita influenciar as respostas do candidato, é a entrevista

(A) estruturada.

(B) situacional.

(C) não diretiva.

(D) coletiva.

(E) diretiva.

11. CEBRASPE (CESPE) - 2023

A declaração do conhecimento, das habilidades e das capacidades exigidos à pessoa que irá desempenhar o cargo refere-se

(A) ao cargo em si.

(B) à posição do cargo.

(C) à família de cargos.

(D) à especificação do cargo.

(E) à descrição do cargo.

12. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Acerca da gestão do desempenho, assinale a opção correta.

(A) Gestão também chamada de performance, a gestão de desempenho corresponde à mensuração do rendimento de algo ou de alguém.

(B) Desempenho é o nome dado ao processo de gerenciamento de algo ou de alguém.

(C) A avaliação de desempenho não produz insumos para a área de recursos humanos realizar processos relevantes para a gestão de pessoas.

(D) Modelos de avaliação, como as escalas gráficas de classificação, que partem da definição de indicadores que retratam o desempenho das pessoas diante do resultado esperado pela instituição como um todo, são bastante recorrentes na avaliação do desempenho das pessoas nas organizações.

(E) Escolha e distribuição forçada é um método de avaliação que parte da ideia de que alguns poucos fatos que ocorrem no cotidiano da organização serão responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso desta.

13. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Assinale a opção que identifica uma ameaça ou um risco às sistemáticas de gestão de desempenho adotadas pelas organizações.

- (A) lideranças com perfis individuais discrepantes do perfil requerido pela organização
- (B) equilíbrio de poder entre avaliadores e avaliados
- (C) isonomia na avaliação de fatores culturais e estratégicos preconizados pela organização
- (D) simplificação das sistemáticas de avaliação de desempenho individual

14. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Quanto às principais características de um modelo de medição de desempenho, assinale a opção **correta**.

- (A) O conjunto de medidas individuais inter-relacionadas que definem um sistema de medição de desempenho permite a medição da organização como um todo.
- (B) As medidas individuais que quantifiquem a eficiência e a eficácia de ações de um grupo de indivíduos são incapazes de atender à necessidade de uso de informações gerenciais.
- (C) Inexiste relação entre o sistema de medição de desempenho e as pressões por desempenho, exercidas pelo ambiente interno e externo em que a organização está inserida.
- (D) A dinâmica de um sistema de medição de desempenho independe de sua capacidade de adaptação às mudanças na estratégia competitiva.

15. CEBRASPE (CESPE) - 2020

A fim de corrigir distorções nas respostas aos formulários de avaliação de desempenho e, com isso, reverter a incapacidade de a ferramenta subsidiar o processo decisório da organização, o setor de gestão de pessoas de determinado órgão público decidiu estruturar uma política de gestão do desempenho.

A partir dessa situação, assinale a opção correta.

(A) Na gestão de desempenho não se devem aferir apenas comportamentos: devem-se usar também evidências objetivas dos esforços dos trabalhadores a partir de medidas de produtividade.

(B) Gerir desempenho implica observar comportamentos no trabalho e intervir sistematicamente nos seus determinantes: condições de trabalho e capacidades.

(C) Tratando-se de avaliação comportamental por meio de escalas gráficas, os comportamentos visados devem ser avaliados a partir do uso de escalas de frequências (1 = nunca a 5 = sempre).

(D) Deve-se privilegiar a prática do feedback, cujo propósito primário é o ajuste comportamental mediante a observação dos desempenhos dos trabalhadores contingentes à estratégia da organização.

(E) Diferentemente do que ocorre na avaliação de desempenho, na gestão do desempenho faz-se uso da avaliação 360º, a fim de que seja possível a emissão de feedbacks coletivos.

16. CEBRASPE (CESPE) - 2020

A respeito do processo e da prática da gestão de desempenho nas organizações, assinale a opção correta.

- (A) As ações de avaliação de desempenho individual não incidem sobre gestores; apenas os funcionários que não exercem função de gestão integram o público-alvo.
- (B) O desempenho da organização e das respectivas unidades de trabalho devem ser calculados exclusivamente em função da média do desempenho de cada um dos seus trabalhadores.
- (C) No caso do desempenho dos gestores, este deve ser aferido a partir dos resultados atingidos pelas equipes que gerenciam; não se aplicam a esse público os métodos comportamentais.
- (D) Considerando a relação causal entre desempenho e resultados individuais, na gestão do desempenho é possível escolher um ou outro elemento como base dessa política de gestão de pessoas.
- (E) Na gestão de desempenho, além dos comportamentos dos funcionários também se considera a qualidade, a eficiência e a efetividade das ações dos trabalhadores.

ORÇAMENTO

1. CEBRASPE (CESPE) - 2022

É característica do conceito de um orçamento público impositivo no modelo brasileiro

- (A) a existência de comando normativo criado na própria lei orçamentária, sendo desnecessária a existência de norma anterior.
- (B) a existência de vinculações que não gerem direito subjetivo.
- (C) uma maior discricionariedade administrativa na execução do orçamento pelo Poder Executivo.
- (D) a obrigatoriedade da execução orçamentária das programações relativas a emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.
- (E) uma menor previsibilidade da execução orçamentária.

2. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Assinale a opção que apresenta a espécie de orçamento público em que todo ano são realizadas correções e atualizações dos valores das despesas do último exercício, mantendo-se a base do ano anterior.

- (A) orçamento impositivo
- (B) orçamento participativo
- (C) orçamento base-zero
- (D) orçamento autorizativo
- (E) orçamento incremental

3. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Tendo em vista que a ação planejada do Estado, quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, materializa-se por meio do orçamento público, julgue os itens seguintes.

I O orçamento-programa é aquele que discrimina as despesas segundo sua natureza, dando ênfase aos fins, de modo a demonstrar em que e para que o governo gastará e quem será o responsável pela execução de seus programas.

II O chamado orçamento equilibrado assegura a igualdade entre os gastos públicos e a receita pública como método para garantir a equidade do sistema econômico, mesmo diante da existência de déficits públicos.

III O orçamento tradicional engloba os propósitos, os objetivos e as metas para os quais a administração solicita os recursos necessários, identificando os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item **I** está certo.
- (B) Apenas o item **III** está certo.
- (C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.
- (D) Apenas os itens **II** e **III** estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público.

I A técnica orçamentária conhecida como base zero exige uma reavaliação periódica das despesas associadas a cada ação ou programa.

II Ao se considerar toda despesa como uma nova despesa, expressa-se o sentido de um orçamento tradicional.

III O orçamento-programa apresenta os propósitos, os objetivos e as metas para os quais a administração solicita os recursos necessários, bem como identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho desenvolvido dentro de cada programa.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item **II** está certo.
- (B) Apenas o item **III** está certo.
- (C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.
- (D) Apenas os itens **I** e **III** estão certos.

5. CEBRASPE (CESPE) - 2022

O orçamento tradicional

- (A) é estruturado em unidades administrativas e elementos da despesa.
- (B) é o elo entre os processos de planejamento e execução.
- (C) considera aspectos administrativos e de planejamento em sua elaboração.
- (D) possui classificação funcional-estruturada para alocação dos recursos.
- (E) possui sistemas de indicadores para o seu acompanhamento.

6. CEBRASPE (CESPE) - 2022

No orçamento programa,

- (A) o controle focaliza a honestidade do agente e a legalidade do gasto.
- (B) não há sistema de acompanhamento do orçamento por meio de indicadores.
- (C) o controle focaliza a eficiência, eficácia e efetividade dos gastos.
- (D) não há vinculação entre o processo de planejamento e de execução.
- (E) são considerados aspectos contábeis e de gestão.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2022

O método orçamentário que tem como principal característica a necessidade de justificativa de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário é denominado

- (A) orçamento clássico.
- (B) orçamento base-zero.
- (C) orçamento de desempenho.
- (D) orçamento-programa.
- (E) orçamento participativo.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2022

No que se refere aos objetivos do orçamento público, o modelo adotado na CF e na Lei n.º 4.320/1964 é o orçamento

- (A) clássico.
- (B) misto.
- (C) impositivo.
- (D) programa.
- (E) autorizativo.

9. CEBRASPE (CESPE) - 2022

O orçamento-programa

- (A) é um instrumento de planejamento, de direção e de controle da administração pública.
- (B) tem finalidade política, contábil e financeira, exclusivamente.
- (C) é neutro na política financeira por ele veiculada.
- (D) objetiva o controle político do Poder Legislativo sobre as atividades financeiras governamentais.
- (E) é uma peça financeira que contém, exclusivamente, a previsão de receitas e a autorização de despesas.

10. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Em relação aos princípios orçamentários, assinale a opção **correta**.

- (A) O princípio da unidade estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na lei orçamentária anual (LOA).
- (B) O princípio da exclusividade tem o objetivo de evitar as chamadas “caudas orçamentárias”, que são disposições estranhas à previsão de receita e à fixação de despesa.
- (C) O princípio da programação estabelece que a lei orçamentária anual (LOA) deve apresentar receitas e despesas com o mesmo montante.
- (D) A Constituição Federal não admite exceções ao princípio da exclusividade.
- (E) O princípio da universalidade trata da necessidade de haver um único orçamento para cada ente da Federação.

11. CEBRASPE (CESPE) - 2023

O orçamento deverá prever todas as receitas e despesas pelo seu valor bruto, sem deduções ou exclusões, a fim de oferecer ao Poder Legislativo uma exata demonstração das despesas nele autorizadas. Isso decorre do princípio orçamentário da

- (A) publicidade.
- (B) universalidade.
- (C) exclusividade.
- (D) programação.
- (E) unidade.

12. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Acerca das regras e dos princípios orçamentários brasileiros, assinale a opção **correta**.

- (A) A lei orçamentária anual deve ser única para toda a Federação.
- (B) A consistência orçamentária estabelece que as receitas devem ser vinculadas a órgãos, fundos ou despesas.
- (C) O princípio da universalidade impede que o Poder Executivo realize qualquer dispêndio sem prévia autorização parlamentar.
- (D) O princípio da multiplicidade orçamentária estabelece que o orçamento deve ser separado em três dimensões: fiscal, seguridade social e investimentos das estatais.

13. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Acerca dos princípios do orçamento público, é correto afirmar que, de acordo com o princípio da universalidade, (A) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. (B) a lei orçamentária anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público. (C) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro). (D) o registro das receitas e despesas na lei orçamentária anual deverá ser feito pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções

14. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Entre os princípios orçamentários que regem a atividade financeira do Estado, inclui-se a vedação da vinculação da receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas. Entretanto, é expressamente permitida a destinação de recursos dessa natureza para

I ações e serviços públicos de saúde.

II manutenção e desenvolvimento do ensino.

III ações e serviços de segurança pública.

IV prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

V realização de atividades da administração tributária.

Estão certos apenas os itens

(A) **I** e **III**.

(B) **II** e **V**.

(C) **I**, **III** e **IV**.

(D) **I**, **II**, **IV** e **V**.

(E) **II**, **III**, **IV** e **V**.

15. CEBRASPE (CESPE) - 2023

O princípio que dispõe que o orçamento deva ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo é o

(A) princípio da anualidade.

(B) princípio da totalidade.

(C) princípio da exclusividade.

(D) princípio do equilíbrio.

(E) princípio da discriminação.

16. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. O princípio que estabelece que cada ente da Federação elaborará a sua própria Lei Orçamentária Anual (LOA) é o princípio

(A) da unidade ou totalidade.

(B) da universalidade.

(C) da anualidade ou periodicidade.

(D) da exclusividade.

(E) do orçamento bruto.

17. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Entre os princípios orçamentários, inclui-se

I o princípio da unidade.

II o princípio da anualidade.

III o princípio da universalidade.

IV o princípio do equilíbrio orçamentário.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item **IV** está certo.

(B) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.

(C) Apenas os itens **I** e **III** estão certos.

(D) Apenas os itens **II**, **III** e **IV** estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

18. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Considerando os princípios de elaboração do orçamento durante o ciclo e o processo orçamentário, assinale a opção correta.

(A) Pelo princípio do orçamento bruto, a lei de diretrizes orçamentárias deve registrar o total das receitas e das despesas previstas no orçamento público do ano subsequente, incluindo a dedução do montante da dívida pública inscrita no anexo de metas fiscais.

(B) A lei orçamentária anual fere o princípio da unidade ao determinar a elaboração de três peças orçamentárias, consistentes nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos.

(C) Os investimentos públicos, inclusive aqueles oriundos de créditos especiais e extraordinários, só podem ser iniciados após a sua inclusão no plano plurianual e são limitados a um exercício financeiro, conforme o princípio da periodicidade.

(D) Durante o processo orçamentário da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cabe ao defensor público geral do estado a elaboração da proposta orçamentária do órgão e o seu envio à Assembleia Legisla-